

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Decisão do Congresso deverá parar no STF

## Em breve, nova guerra entre os poderes

Em 1990, o brasileiro Maguila resolveu enfrentar no ringue o campeão mundial de boxe George Foreman. Foi nocauteado no segundo round. Tomou uma sova tão definitiva que mais tarde disse que a sensação era de ter sido “atropelado por uma carreta”. E que só de olhar Foreman, “já ficava com vontade de cair”. O que se viu contra o governo no Congresso na quarta-feira

parece a luta de Foreman com Maguila. Talvez com uma importante diferença. No caso de agora, pode ter havido dedo no olho e chute abaixo da linha da cintura. O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que o Congresso usou para atropelar o governo pode ter sido inconstitucional. Agora, é saber se o governo irá recorrer à comissão de arbitragem. Traduzindo: ao STF.

## Congresso

O artigo 49 da Constituição define as competências do Legislativo. E fala, no seu artigo quinto, que entre elas está “sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”. Mas não era o caso.

## Decreto

O decreto de Lula sustado pelo PDL não era um ato que exorbitava do poder de regulamentar ou ultrapassava limites da delegação legislativa. A Constituição também dá ao presidente o direito de aumentar alíquotas de impostos como o IOF. Sem Congresso.

Andressa Anholet/Agência Senado

ORIENTAÇÃO DAS LIDERANÇAS	DESCRIÇÃO	VOTAÇÃO EM ANDAMENTO
PL	Alívio	SIM 41
PSD	Governo	NÃO 33
MDB	Opposição	ABSTENÇÃO 0
PT	Luiz Inácio Lula da Silva	PRESIDENCIAL 1
UNIÃO	União Brasil	QUORUM 75
PSB	República	Votação Aberta
República	Partidos	Quorum Qualificado
PTB	NOVO	
PSDB	NOVO	
NOVO	NOVO	
NOVO	NOVO	

Decisão sobre deputados foi tomada pelo Senado

## Lula não precisa consultar Congresso sobre imposto

O artigo 153 da Constituição diz que compete ao Poder Executivo instituir impostos sobre importação, exportação, renda, produtos industrializados e operações de crédito (e esse último era o caso). Então, o parágrafo primeiro, afirma que “é facultado” ao Poder Executivo alterar a alíquota desses impostos. Ou seja, o presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva não precisava pedir autorização ao Congresso. E nem o Congresso tinha no caso poder de sustar a medida, já que não havia nenhuma exorbitância no poder de regulamentar. Tudo, então, agora, vai se basear na conveniência ou não de estabelecer nova guerra entre os poderes, recorrendo ao STF.

## Deputados

Para complicar a situação, o segundo round da surra de quarta no Congresso pode ser também questionado pelo Supremo: o aumento do número de deputados. Há quem avale que a determinação do STF no ajuste da proporcionalidade não era para ser resolvida assim.

## Recurso

Ainda que o próprio governo não recorra, é improvável que algum recurso não haja, já que qualquer partido pode fazer. O STF vai ter que se debruçar sobre os temas. E, novamente, haverá uma grita do Congresso no sentido da interferência do Judiciário.

## Ajuste

O que imaginava a Corte era um ajuste nas atuais bancadas, aumentando algumas e reduzindo outras. Sem aumentar os custos e os gastos do “austero” Congresso Nacional. Ou seja, a segunda votação também poderá ser objeto de recurso ao Supremo.

## O que querem?

Então, o que queriam de fato Hugo Motta, Davi Alcolumbre e companhia? Não conhecem a Constituição? Não sabiam dos riscos de inconstitucionalidades? O desejo é somente travar o Brasil e criar dificuldade para o governo? É o que precisa ser avaliado no momento.

## Haddad cogita ir ao STF contra derrubada do IOF

Oposição critica hipótese; AGU nega haver determinação

Por Karoline Cavalcante

A recente derrota do governo federal em relação ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pode acirrar ainda mais as tensões entre os poderes. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quinta-feira (26) que a equipe econômica está avaliando a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a derrubada da alternativa, alegando inconstitucionalidade.

Além disso, ele indicou duas outras estratégias que estão sendo consideradas para compensar a perda de receita: buscar novas fontes de arrecadação ou implementar cortes orçamentários com impacto abrangente. A declaração foi dada durante participação no videocast C-Level Entrevista, do jornal Folha de S. Paulo.

“Na opinião dos juristas do governo, que tiveram muitas vitórias nos tribunais, [a decisão do Congresso] é flagrantemente inconstitucional. Sendo uma prerrogativa legal, nem nós devemos nos ofender quando um veto é derrubado e nem o Congresso pode se ofender quando uma medida é considerada pelo Executivo incoerente com o texto constitucional”, defendeu Haddad.

O ministro mostrou-se visivelmente surpreso com a reviravolta no Congresso em torno do decreto que apresentava alternativas para evitar um corte maior no orçamento para cumprir a meta fiscal. Haddad comentou sobre sua reunião com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), no dia 8 de junho, quando acreditou ter chegado a um acordo para ajustar as alíquotas do imposto. “Saí de lá imaginando que estava tudo bem. Não só eu, todo mundo. Eu não sei o que mudou. O que mudou daquele domingo para hoje?”, questionou.

## Judicialização

A possível judicialização gerou reações de parlamentares da oposição, que usaram as redes sociais para criticar a hipótese.



Lula Marques/Agência Brasil

Haddad diz não entender o que mudou na relação com Motta

Para o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), caso o governo recorra ao STF, isso evidenciará uma tentativa de enfraquecer o Congresso Nacional “Não há democracia verdadeira sem respeito ao Parlamento, que representa a voz legítima do povo e garante a pluralidade de opiniões. Ignorar essa instituição é negar a essência do Estado Democrático de Direito e ameaçar o próprio futuro da República”, afirmou Cavalcante.

## AGU

Poucas horas após a declaração do chefe da Fazenda, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu uma nota esclarecendo que não houve uma decisão final sobre o tema.

“Todas as questões jurídicas serão abordadas tecnicamente pela AGU, após oitiva da equipe econômica. A comunicação sobre os eventuais desdobramentos jurídicos do caso será feita exclusivamente pelo próprio advogado-geral [Jorge Messias], no momento apropriado”, diz o posicionamento.

## Derrubada

Apesar das tentativas do Executivo de alcançar um consenso, as duas Casas do Congresso Nacional derrubaram, na quarta-feira

(25), a alternativa ao IOF. A Câmara aprovou a medida com 383 votos a favor e 98 contrários, em votação nominal, enquanto no Senado a aprovação foi simbólica, com exceção de nove senadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e do líder do PDT, Weverton Rocha (MA), que se opuseram. No dia 16 de junho, a Câmara já havia aprovado o requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto.

Para tentar garantir o apoio necessário, a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) liberou R\$ 831 milhões adicionais para o pagamento de emendas parlamentares no dia da votação, mas isso não impediu sua derrota política. Segundo dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), o governo destinou mais de R\$ 1 bilhão para emendas na quarta-feira, o que representa um aumento em relação aos R\$ 897 milhões reservados no dia anterior.

## Crise de imagem

Ao Correio da Manhã, o cientista político Elias Tavares avaliou que a derrota do governo não foi apenas simbólica, mas expôs a fragilidade da articulação do Palácio do Planalto e a crescente autonomia — ou até hostilidade — do Congresso Nacional em relação

ao Executivo. Ele também destacou que, embora um recurso ao STF possa ter respaldo técnico, politicamente essa decisão pode aprofundar o desgaste institucional “e alimentar a narrativa de um governo que atua via judicialização, e não por base política sólida”.

Em uma tentativa de minar a crise de popularidade, o governo analisa a possibilidade de tirar proveito político ao sugerir que o Legislativo está defendendo os mais ricos, por meio de pautas como o aumento da isenção do Imposto de Renda, o fim da escala seis por um e o combate aos super-salários no serviço público.

Para Tavares, essa estratégia de se reconectar com o sentimento popular é legítima e inteligente do ponto de vista da comunicação política, mas ainda carece de força prática.

“Se o governo não conseguir fazer essas pautas avançarem minimamente, corre o risco de parecer apenas reativo, um governo que denuncia, mas não entrega. E em ano pré-eleitoral, isso pode ser fatal”, afirmou o especialista.

“Se Lula quiser manter viabilidade eleitoral em 2026, precisará mostrar que ainda tem algum controle sobre a agenda nacional. Até aqui, quem dita o ritmo é o Legislativo”, concluiu, em entrevista à reportagem.

## Advogados de Bolsonaro vão depor à Polícia Federal

Da Redação

A Polícia Federal (PF) marcou para a próxima terça-feira, 10 de julho, depoimentos do ex-secretário de Comunicação e advogado Fabio Wajngarten e dos advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro na ação penal que julga uma tentativa de golpe de Estado no país. Também serão ouvidos os defensores do coronel Marcelo Câmara, ex-assessor de Bolsonaro.

Segundo a determinação do ministro Alexandre de Moraes, relator da ação penal, eles irão responder à PF pela suspeita de obstrução à Justiça. A razão são denúncias de que teriam pressionado familiares do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de Ordens de Bolsonaro e delator na ação penal.

Segundo a determinação feita por Moraes, o advogado de Câmara, Luiz Eduardo Kuntz, teria procurado “insistentemente” a filha de Mauro Cid, que tem 14 anos, em busca de um contato. As tentativas aconteceram pelo WhatsApp.

Wajngarten também teria, segundo o ministro, tentado contato com a filha de Cid. Ele



Antônio Cruz/Agência Brasil

Advogados teriam pressionado família de Mauro Cid

também teria procurado a esposa do tenente-coronel, Gabriela.

## Desistir

Kuntz e outro advogado de Bolsonaro, Paulo Cunha Bueno, teriam também “cercado” a mãe do delator, Agnes Barbosa Cid. O objetivo seria tentar convencer Mauro Cid a desistir de fazer a colaboração com a Justiça.

Todas as acusações aconteceram depois que surgiu a denúncia de que Mauro Cid teria usado as redes sociais quando

estava proibido de fazer isso pelo acordo celebrado com a Justiça. Cid teria usado um perfil de sua esposa. Essa questão chegou a ser feita no depoimento de Mauro Cid pelo também advogado de Bolsonaro, Celso Vilardi. Na ocasião, Cid negou. Isso, então, foi tema de reportagem da revista Veja no fim de semana seguinte. Os advogados trabalham pela anulação da delação de Cid pela quebra do compromisso.

As conversas mostram men-

sagens de Kuntz. Segundo a defesa de Cid, as mensagens mostram, ao contrário, que o advogado o procurou. E que essa tentativa foi “ardilosa”.

“É incontroversa a tentativa do advogado Luiz Eduardo Kuntz em encontrar Mauro Cid, que já estava com cautelares diversas de prisão e acordo de colaboração premiada homologado pelo Supremo e, mesmo assim, arditamente procurou sua filha menor de idade”, diz nota da defesa do tenente-coronel.

## “Criminalização”

Fabio Wajngarten reagiu à convocação para o depoimento. Para ele, é a “criminalização” do exercício da advocacia. “É a cortina de fumaça para tentar ocultar a expressa falta de voluntariedade do réu delator Mauro Cid e a consequente nulidade da colaboração”, considera Wajngarten.

“Causa indignação e não surpresa que a decisão do ministro seja amplamente publicizada enquanto as razões que supostamente as motivam estejam em sigilo. Tão logo tenha acesso aos autos do inquérito, que não seja através da imprensa, vou me manifestar”, prosseguiu.